

Walter Nunes da Silva Júnior

Mestre e Doutor em Direito. Ex-Promotor de Justiça, ex-Juiz de Direito, ex-Procurador da República, Professor Associado da Graduação e da Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Professor de Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 5ª Região - ESMAFE, Professor da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte - ESMARN, membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras Jurídicas - ALEJURN, membro do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, no biênio 1993/1995, Membro do Conselho Científico da Revista Constituição e Garantia de Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do Conselho Editorial da Revista Jurídica In Verbis dos Acadêmicos do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do Conselho Editorial da Revista do Centro de Estudos Jurídicos da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte e do Conselho Editorial da Revista Direito e Liberdade da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil - Ajufe, no biênio junho/2006 a junho/ 2008, Juiz Auxiliar da Presidência e da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça - STJ, no período de fevereiro/junho de 2009, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no biênio julho/2009 a julho/2011, Supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça - DMF, no período de outubro de 2010 a julho/2011, Conselheiro da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, escolhido para o período de abril/2013 a abril/2015, Juiz Federal e Corregedor do Presídio Federal em Mossoró/RN.

REFORMA TÓPICA DO PROCESSO PENAL:

inovações aos procedimentos ordinário e sumário, com o novo regime das provas, principais modificações do júri e as medidas cautelares pessoais (prisão e medidas diversas da prisão)

3ª Edição

Revista, ampliada e atualizada



Copyright © 2019 by Walter Nunes da Silva Júnior
All rights reserved.

OWL EDITORA JURÍDICA

Rua Princesa Isabel, 888, Cidade Alta

Natal-RN

Brasil

CEP 59.025-400.

editora@owl.etc.br • www.owl.etc.br

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Wagner Dias Ferreira

Edilson Pereira Nobre Júnior

Francisco Barros Dias

Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti

Hallyson Rêgo Bezerra

Marcelo Alves Dias de Souza

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas

Marco Bruno Miranda Clementino

Maria dos Remédios Fontes Silva

Olavo Hamilton Ayres Freire de Andrade

Paulo Afonso Linhares

Walter Nunes da Silva Júnior

Silva Júnior, Walter Nunes da. 1963-

Reforma tópica do processo penal: inovações aos procedimentos ordinário e sumário, com o novo regime das provas, principais modificações do júri e as medidas cautelares pessoais (prisão e medidas diversas da prisão) / Walter Nunes da Silva Júnior
Natal : OWL, 2019.

420p.

ISBN: 9781795292047

1. Processo penal.

Sumário

Prefácio	15
Nota à 2ª edição	19
Nota à 3ª edição	21
Introdução	23
1. Movimento reformista do processo penal	31
1.1. Reformas processuais penais na América Latina	32
1.2. Resgate das origens do processo penal, sob a orientação dos direitos fundamentais.....	32
2. Escorço histórico do processo penal no Brasil	35
2.1. Predominância da filosofia liberal beccariana na feitura do Código de Processo Criminal de 1832	36
2.2. Perfil antidemocrático e policialesco do Código de Processo Penal de 1941	37
3. Movimento reformista no Brasil	41
3.1. Necessidade de uma reforma global do Código de Processo Penal	42
3.2. Método escolhido para a reforma global	43
3.2.1. Críticas ao método da reforma tópica	45
3.2.2. Aspectos centrais da reforma tópica/global do Código de Processo Penal	50
3.2.2.1. Democratização do processo penal, alinhando-o à proteção dos direitos fundamentais, nos termos da Constituição	50
3.2.2.2. Desconstrução do sistema misto, com conseqüente sedimentação do sistema acusatório, com todos os seus corolários lógicos: o juiz é o garantidor do processo e o Ministério Público assume definitivamente o papel de <i>dominus litis</i> da ação penal de iniciativa pública	52
3.2.2.3. Duração razoável do processo	53
3.2.2.3.1. Duração razoável do processo no procedimento ordinário.....	55
3.2.2.3.2. Duração razoável do processo no procedimento sumário	57
3.2.2.3.3. Duração razoável do processo no procedimento relativo ao tribunal do júri	58
3.2.2.4. Defesa efetiva e interrogatório no contexto do princípio da ampla defesa.....	60
3.2.2.5. Simplificação do processo, com plena adoção do princípio da oralidade, com a documentação dos atos praticados em audiência sem a necessidade de transcrição, e concentração dos atos processuais.....	60
3.2.2.6. Maior proteção e assistência ao ofendido e satisfação de seus interesses quanto à indenização pelos danos sofridos com a ação ilícita, com base na ideia da justiça restaurativa...	61
3.2.2.7. Prisão processual como exceção, com a previsão de medidas cautelares diversas da prisão e redefinição do papel da fiança.....	62
3.3. Projeto de novo código de processo penal	63
4. Aplicação da lei processual penal no tempo	67
5. Considerações sobre os procedimentos	71
5.1. Procedimento ordinário.....	73
5.1.1. Sistema acusatório e ação penal.....	76
5.1.1.1. Conceito de ação penal	78
5.1.1.2. Requisitos da ação penal.....	81
5.1.1.3. Legitimidade para pedir fixação de valor mínimo para indenização pelos danos causados	82

5.1.2. Juízo de rejeição liminar da ação penal (art. 395).....	84
5.1.2.1. Pressupostos processuais relativos ao juízo de admissibilidade da ação e à constituição e ao desenvolvimento válido do processo.....	86
5.1.2.2. Inépcia da inicial e justa causa.....	89
5.1.3. Juízo de admissibilidade da ação penal.....	90
5.1.4. Chamamento do acusado para responder a imputação.....	92
5.1.4.1. Citação por edital e suspensão do processo.....	93
5.1.4.2. Citação por hora certa.....	94
5.1.4.3. Formação do processo.....	97
5.1.4.4. Suspensão do processo em razão da revelia e prisão preventiva.....	97
5.1.5. Princípio da ampla defesa.....	101
5.1.5.1. Defesa efetiva do acusado.....	104
5.1.5.2. Prazo para o oferecimento da resposta.....	107
5.1.5.3. Obrigatoriedade da resposta do acusado, por meio de advogado.....	109
5.1.5.4. Forma e prazo para apresentar as exceções.....	110
5.1.5.5. Abandono da causa pelo advogado.....	111
5.1.5.6. Procuração outorgada ao advogado.....	111
5.1.5.7. Direito de audiência (direito ao interrogatório).....	112
5.1.5.8. Direito à identidade física do juiz.....	114
5.1.5.9. Interrogatório como direito facultativo, não podendo o acusado ser obrigado a exercê-lo: vedação da condução coercitiva e revogação do art. 260 do CPP.....	116
5.1.5.10. Interrogatório por carta precatória.....	120
5.1.5.11. Sistema do interrogatório.....	121
5.1.5.12. Interrogatório por videoconferência.....	122
5.1.6. Impugnação das preliminares e documentos.....	125
5.1.7. Decisão sobre o pedido de absolvição sumária.....	126
5.1.7.1. Natureza jurídica da decisão exarada às matérias suscitadas na resposta do acusado e prazo.....	130
5.1.7.2. Saneamento do processo.....	130
5.1.7.3. Decisão sobre as provas ilícitas.....	131
5.1.8. Das provas.....	133
5.1.8.1. Princípios gerais da prova.....	135
5.1.8.2. Inadmissibilidade das provas produzidas por meios ilícitos (teoria da <i>exclusionary rule</i>).....	140
5.1.8.2.1. Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos no ordenamento jurídico brasileiro.....	142
5.1.8.2.2. Inadmissibilidade das provas ilícitas obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.....	143
5.1.8.2.3. Regras de exclusão adotadas pelo Código de Processo Penal.....	144
5.1.8.2.3.1. Falta de nexo de causalidade entre a prova originária ilícita e a derivada, quando esta não decorre exclusivamente daquela.....	147
5.1.8.2.3.2. Fonte independente da prova derivada (<i>independent source</i>).....	149
5.1.8.2.3.3. Descobrimto inevitável da prova derivada (<i>inevitable discovery</i>).....	151
5.1.8.2.4. Outras regras de exclusão.....	153
5.1.8.2.4.1. Prova benéfica em prol do acusado.....	153
5.1.8.2.4.2. Princípio da proporcionalidade ou <i>balancing test</i>	155
5.1.8.2.4.3. Boa-fé (<i>good faith</i>).....	157
5.1.8.2.4.4. <i>Plain vie doctrine</i> e os campos abertos.....	159
5.1.8.2.4.5. Destruição da mentira do acusado.....	160
5.1.8.2.4.6. Teoria do risco.....	161
5.1.8.2.5. Inutilização da prova por decisão judicial: momento da decisão.....	165
5.1.8.2.6. Impedimento do juiz.....	165
5.1.8.3. Prova pericial.....	166
5.1.8.3.1. Número de peritos.....	167

5.1.8.3.2. Assistente técnico	167
5.1.8.4. Ofendido	169
5.1.8.5. Testemunha	172
5.1.8.5.1. Sistema do <i>cross examination</i> ou das perguntas diretas	173
5.1.8.5.2. Separação das testemunhas	175
5.1.8.5.3. Inquirição por videoconferência, precatória e rogatória	176
5.1.8.5.4. Número de testemunhas	181
5.1.8.6. Acareação	181
5.1.8.7. Reconhecimento de pessoas e coisas	182
5.1.9. Audiência de instrução e julgamento e duração razoável do processo	183
5.1.9.1. Audiência una de instrução e julgamento	184
5.1.9.1.1. Audiência una em dias sucessivos	187
5.1.9.1.2. Documentação da audiência e sistema audiovisual	188
5.1.9.1.3. Sistema audiovisual e oralidade	190
5.1.9.2. Adiamento da audiência em razão de impossibilidade da presença do advogado	191
5.1.9.3. Ordem de inquirição das testemunhas	193
5.1.9.4. Alteração da ordem de inquirição das testemunhas, devido ao não comparecimento de testemunha arrolada pelo Ministério Público.	194
5.1.9.5. Requerimento de diligências em audiência	196
5.1.9.6. Alegações finais	197
5.1.9.7. Modificação da imputação feita na denúncia (<i>mutatio libelli</i>)	198
5.1.9.8. Sentença	199
5.1.9.8.1. Ressarcimento de danos como efeito da sentença condenatória	203
5.1.9.8.2. Princípio da correlação entre a sentença e a ação penal (<i>emendatio libelli</i>)	208
5.1.9.8.3. Prisão (preventiva) com a sentença condenatória	210
5.1.9.8.3.1. Necessidade de fundamentação da prisão preventiva ou da medida cautelar diversa imposta com a sentença recorrível ou, se for o caso, da sua manutenção	215
5.1.9.8.3.2. Direito de recorrer, independentemente do recolhimento à prisão	216
5.1.9.8.4. Elementos da sentença absolutória	218
5.1.9.8.5. Efeitos civis da sentença absolutória	220
5.2. Procedimento sumário	221
5.3. Principais modificações ao procedimento do tribunal do júri	222
5.3.1. Primeira fase	231
5.3.1.1. Pronúncia	233
5.3.1.1.1. Prisão com a decisão de pronúncia	234
5.3.1.1.2. Intimação da decisão de pronúncia	235
5.3.1.2. Impronúncia	236
5.3.1.3. Absolvição sumária	236
5.3.1.4. Recurso	237
5.3.2. Segunda fase	238
5.3.2.1. Alistamento dos jurados	238
5.3.2.2. Desaforamento	239
5.3.2.3. Organização da pauta	240
5.3.2.4. Sorteio e convocação dos jurados	240
5.3.2.5. Função do jurado	241
5.3.2.6. Instrução plenária	241
5.3.2.7. Debates	243
5.3.2.8. Redação e votações dos quesitos	244
5.3.2.9. Sentença	247
5.3.2.10. Protesto por novo júri	248
6. Liberdade e medidas cautelares	249
6.1. Princípios e regras gerais aplicáveis às medidas cautelares pessoais detentivas ou diversas da prisão	254

6.1.1. Princípio do contraditório.....	256
6.1.2. Princípio da fungibilidade.....	257
6.1.3. Cumulação das medidas cautelares diversas da prisão.....	260
6.1.4. Excepcionalidade (requisitos) das medidas cautelares.....	261
6.1.5. Princípio da subsidiariedade prisão processual.....	262
6.1.6. Requisitos ou pressupostos (<i>fumus boni iuris</i> ou <i>fumus commissi delicti</i>), fundamentos (<i>periculum in mora</i> ou <i>periculum libertatis</i>) e critérios para a definição da medida cautelar adequada.....	264
6.1.6.1. Requisitos ou pressupostos (<i>fumus boni iuris</i> ou <i>fumus commissi delicti</i>) para a decretação da medida cautelar pessoal.....	265
6.1.6.2. Fundamentos quanto à necessidade da decretação de medida cautelar pessoal.....	268
6.1.6.2.1. Necessidade para a aplicação da lei penal.....	271
6.1.6.2.2. Necessidade para a investigação ou instrução criminal.....	274
6.1.6.2.3. Necessidade para evitar a prática de infrações ou assegurar a manutenção da ordem pública ou econômica.....	276
6.1.6.3. Critérios para definição (adequação) da medida cautelar pessoal.....	278
6.1.7. Legitimidade para o requerimento de medida cautelar pessoal.....	280
6.1.7.1. Medida cautelar incidental.....	280
6.1.7.2. Medida cautelar preparatória.....	282
6.1.7.3. Ofendido (Assistente).....	284
6.1.8. Crimes nos quais cabível a medida cautelar pessoal.....	286
6.2. Medida cautelar detentiva: detenção/prisão em flagrante e prisão processual no direito constitucional.....	287
6.2.1. Tratamento constitucional à prisão processual no direito comparado.....	287
6.2.2. Sistema prisional no direito constitucional brasileiro.....	290
6.2.3. Prisão no código de processo penal.....	292
6.2.4. Detenção/prisão em flagrante: natureza jurídica.....	293
6.2.4.1. Procedimento da detenção/prisão em flagrante.....	299
6.2.4.1.1. Recolhimento separado do preso provisório das pessoas presas definitivamente.....	300
6.2.4.1.2. Comunicação imediata ao juiz, à família ou pessoa indicada pelo detido.....	303
6.2.4.1.3. Comunicação imediata ao Ministério Público.....	306
6.2.4.1.4. Envio do auto de prisão em flagrante.....	308
6.2.4.1.5. Decisão judicial.....	312
6.2.4.1.5.1. Audiência de apresentação (custódia): contraditório e oralidade.....	313
6.2.4.1.5.2. Direito ao relaxamento da prisão.....	317
6.2.4.1.5.3. Conversão da detenção/prisão em medida cautelar (medidas cautelares diversas ou prisão processual).....	320
6.2.4.1.5.4. Liberdade provisória, com ou sem fiança.....	324
6.2.4.2. Vedação da liberdade provisória.....	327
6.2.5. Prisão preventiva.....	330
6.2.5.1. Hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva.....	333
6.2.5.1.1. Crimes dolosos com pena privativa de liberdade superior a 4 (quatro) anos.....	335
6.2.5.1.2. Condenação em outro crime doloso.....	337
6.2.5.1.3. Crime envolvendo violência doméstica e familiar.....	338
6.2.5.1.4. Dúvida sobre a identidade civil.....	340
6.2.5.1.5. Crime praticado por parlamentar no exercício do cargo.....	342
6.2.5.2. Prisão domiciliar (art. 317 do CPP).....	347
6.2.5.2.1. Requisitos para a prisão domiciliar (art. 318 do CPP).....	350
6.2.5.2.1.1. Idade.....	351
6.2.5.2.1.2. Doença grave e saúde extremamente debilitada.....	352
6.2.5.2.1.3. Assistência familiar e social.....	353
6.2.5.2.1.4. Mulher gestante.....	355
6.2.5.2.2. Prisão domiciliar em razão da ausência de estabelecimento ou local distinto para o cumprimento de prisão especial: prisão em sala de Estado-Maior.....	356

6.2.5.3. Prazo da prisão preventiva (duração razoável).....	358
6.2.6. Prisão temporária.....	361
6.2.6.1. Hipóteses de admissibilidade da prisão temporária.....	364
6.2.6.2. Prazo e prorrogação da prisão temporária (duração razoável)	366
6.2.7. Distinções entre a prisão temporária e a preventiva	368
6.2.8. Ressarcimento por dano decorrente de prisão indevida.....	370
6.2.9. Cumprimento do mandado de prisão (arts. 288, §2º, 289 e 299)	375
6.2.9.1. Cumprimento do mandado de prisão quanto ao dia, hora e o lugar	375
6.2.9.2. Cumprimento de mandado de prisão de agente fora da jurisdição do juiz processante	377
6.2.9.3. Banco Nacional de Monitoramento de Prisões — BNMP	380
6.2.9.4. Banco nacional de dados sobre as medidas cautelares diversas da prisão.....	383
6.3. Medidas cautelares diversas da prisão	383
6.3.1. Espécies de medidas cautelares diversas no Código de Processo Penal (art. 319).....	386
6.3.1.1. Comparecimento periódico em juízo.....	386
6.3.1.2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	388
6.3.1.3. Proibição de manter contato com pessoa determinada	391
6.3.1.4. Proibição de ausentar-se da comarca.....	393
6.3.1.5. Recolhimento domiciliar.....	394
6.3.1.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade econômica ou financeira....	396
6.3.1.7. Internação provisória de inimputável ou semi-imputável.....	400
6.3.1.8. Monitoração eletrônica	401
6.3.1.9. Fiança.....	405
6.3.1.9.1. Conceito e espécies de fiança	406
6.3.1.9.2. Hipóteses para a decretação da fiança	408
6.3.1.9.3. Inadmissibilidade da fiança	409
6.3.1.9.4. Competência para a concessão da fiança.....	411
6.3.1.9.5. Critérios para fixação do valor da fiança	412
6.3.1.9.6. Quebra da fiança e consequência.....	414
6.3.1.9.7. Perda da fiança e consequência	414
6.3.1.9.8. Destino da fiança	415
6.3.2. Detração penal em relação às medidas cautelares diversas da prisão.....	415
Referências Bibliográficas.....	417